



O TEMPO E O ESPAÇO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

LAISE SOARES LIMA

FERNANDO BARBOSA OLIVEIRA CORREIA

EIXO: 5. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

Resumo: O presente trabalho resultado de uma revisão bibliográfica tem por objetivo identificar e analisar qual a importância que a organização do espaço e do tempo, nas instituições de educação infantil possuem para o desenvolvimento integral da criança, considerando seus aspectos físicos, cognitivos, psicológicos, intelectual e social. Entendemos que as reflexões possibilitam perceber que a organização do espaço-tempo traduz as propostas pedagógicas das escolas e suas concepções acerca da criança e da educação. Para a análise utilizamos de autores que retratam sobre a história da criança e da educação infantil, considerando a infância enquanto categoria sócio-histórica, bem como estudiosos e materiais disponíveis pelo Ministério da Educação que orientam sobre a importância da organização do ambiente e do tempo. Buscamos estabelecer um diálogo com Ariès (1981), Arroyo (1994), Kramer(2004), Reis (2015), Horn (2004) e com documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil, os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, dentre outros que contribuíram para a construção das análises realizadas.

Palavras-chave: Criança. Educação Infantil. Espaço e Tempo.

Abstract: This work result of a literature review aims to identify and analyze how important the organization of space and time, in early childhood institutions have for the integral development of children, considering their physical, cognitive, psychological, intellectual and social. We understand that the reflections enable realize that the organization of space-time translates the educational proposals of schools and their conceptions of children and education. To analyze use of authors that portray about the child's history and early childhood education, considering childhood as a socio-historical category, as well as scholars and materials available by the Ministry of Education that provide guidance on the importance of environmental organization and time. We seek to establish a dialogue with Aries (1981), Arroyo (1994), Kramer (2004), Reis (2015), Horn (2004) and official documents as the National Curriculum Reference for Early Childhood Education, the Quality Indicators in kindergarten, among others that contributed to the construction of the analyzes performed.

Keywords: Child. Childhood Education. Space and Time.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre a importância da organização do espaço e do tempo para a formação pessoal e social da criança pequena na educação infantil. Percebendo que estes contribuem de forma efetiva no processo de aprendizagem da criança ao levar em consideração suas dimensões cognitivas, sociais e culturais. A organização do espaço-tempo reflete as propostas pedagógicas que a escola possui e traduz as concepções de criança e educação, da instituição.

A temática aqui apresentada e as reflexões dela decorrentes resultam de uma revisão bibliográfica, tendo como principais fontes os documentos que o Ministério da Educação (MEC), disponibiliza para a formação de professores e para a organização das instituições de Educação Infantil, entre eles podemos destacar o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) e os Parâmetros de Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006).

Deste modo, o texto apresenta-se dividido em quatro momentos. Inicialmente, partimos de uma breve apresentação sobre o surgimento do sentimento de infância e das instituições de educação infantil. Reconhecendo que o sentimento de infância consiste em uma invenção da Modernidade, onde a responsabilidade pela formação da criança pertence não somente aos pais, mas à própria sociedade e que as instituições de educação infantil, apesar de possuírem diferentes concepções ao longo do tempo, se constituem como a primeira etapa da Educação Básica no Brasil e um direito das crianças de 0 a 5 anos de idade, devendo contemplar o cuidar e o educar na sua formação. Em seguida, apresentaremos a importância da organização da rotina, ou seja, do espaço e do tempo, para a formação das crianças e suas contribuições no processo educativo.

BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO SENTIMENTO DA INFÂNCIA E DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.

O sentimento de infância foi por muito tempo despercebido e negado. Como nos apresenta Philippe Ariès (Apud. ROCHA, 2002), a criança era vista e entendida na Idade Média como um ser em miniatura, uma projeção do adulto, suas vestimentas, aparência ou até mesmo sua presença era comum em festas, jogos e reuniões de adultos, em que estes não se restringiam em falar grosserias, vulgaridades e fazer gestos obscenos na presença das crianças. Além disso, a relação dos pais com os pequenos não apresentava nenhum tipo de valor sentimental, mas um valor social e econômico, ou seja, tanto para a própria família como também para a sociedade, a criança era vista como algo substituível, como um ser produtivo e utilitário.

Neste sentido, é possível perceber, através do texto de Rocha (2002, p.55), a existência de um alto índice de mortalidade infantil na Idade Média o qual era considerado uma normalidade:

As crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos, na intenção de conseguir uma espécie melhor, mais saudável, mais forte que correspondesse às expectativas dos pais e de uma sociedade.

Foi então ao final do século XVII e início do século XVIII, com a interferência da Igreja e dos poderes públicos que se iniciou um processo de mudança tendo em vista a redução da mortalidade infantil. De acordo com Rocha (2002, p.56). “As condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade”. Portanto, através destas intervenções, a criança começa a ser entendida em sua totalidade, como um sujeito que necessita de cuidados. Todavia, ainda tinha-se muito a ser construindo acerca da infância.

Ariès (1981) nos mostra que a construção do sentimento de infância consiste em uma invenção da Modernidade, em que neste momento, há uma preocupação com a formação e o crescimento em aspectos físicos, mas também emocionais, afetivos e morais da criança. Esta formação será agora responsabilidade não somente dos pais, mas da própria sociedade.

Deste modo, autores como Sônia Kramer (1999) e Miguel Arroyo (1994), buscam também compreender o significado de criança e infância, a partir da Idade Moderna. Para estes autores a infância precisa ser vista como um fator social e não natural à humanidade, pois o homem não nasce com capacidades e habilidades suficientes para apropriar-se das relações sociais, esta apropriação dar-se com o tempo, com a educação e com a inserção do ser na sociedade.

Logo, não podemos deixar de mencionar o “direito da criança à educação”. Esta preocupação surge com a entrada da mão de obra feminina no mercado de trabalho, antes o cuidar e o educar eram responsabilidades únicas e exclusivas da mulher. Pela precisão de trabalhar fora do âmbito familiar, urge como consequência a necessidade de tornar coletivo o cuidado e a educação da criança pequena.

Foi então a partir de meados dos anos de 1980 com o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a nova LDB 9394/96 que o direito à educação se consolida definitivamente, sendo a educação infantil organizada em creches e pré-escolas. Contudo, visava-se preparar a criança para um futuro cidadão e não a

infância já cidadã, além disso, a educação infantil era considerada um momento preparatório para a educação fundamental.

Conforme nos apresenta Kramer (1999, p. 1) ao longo de sua história as creches e pré-escolas têm se diferenciado ora pela idade das crianças, pelo funcionamento e pela administração, ou seja, para a criança de classe desfavorável o caráter destas instituições era assistencialista, para crianças de classe favorável seu caráter era educativo. Deste modo, Montenegro nos afirma que (2005, p. 80) “a tendência predominante no período inicial das creches no Brasil era a de uma instituição designada para o atendimento de crianças pobres, numa ótica assistencialista, como forma de evitar que as crianças ficassem “na rua”, oferecendo-lhes abrigo, comida e roupa”.

Nesse sentido, podemos perceber que as creches surgiram com o intuito de auxiliar as mães pobres que precisavam trabalhar, mas não tinham com quem deixar seus filhos. Abamovay e Kramer (1991) mostram que só no século XIX uma nova função passa a ser atribuída à pré-escola, nesse período a função da pré-escola era a de compensar as deficiências das crianças, sua miséria, sua pobreza e a negligência de suas famílias com o intuito de promover a igualdade de chances e um bom desempenho escolar a todas as crianças. Do mesmo modo, logo mais tarde, em 1883, começam a surgir as pré-escolas com um caráter diferenciado das creches já existentes, estas por sua vez eram privadas e como nos afirma Montenegro (2005) utilizava-se do termo pedagógico em suas propostas. Estas instituições possuíam um caráter educativo, onde as crianças eram ali preparadas para ingressar no ensino fundamental.

Como uma forma de mudar esta realidade na história da educação brasileira, a LDB 9394/96, com suas diretrizes para a formação do profissional da educação prevê que toda a instituição deve ter caráter educativo, considerando aspectos como currículo, avaliação, espaço estrutural e recursos materiais. Visando assim, garantir assistência, alimentação, saúde e segurança, trazendo benefícios sociais e culturais para a criança.

A educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo, de acordo com a LDB 9394/96 no seu artigo 29 “O desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Conforme a LDB, a educação infantil brasileira deve ser oferecida em creches e pré-escolas para as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade. Contudo, o atendimento em creches e pré-escolas é diferenciado. Estas diferenças se caracterizam de acordo com a faixa etária das crianças (a creche atenderia crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola crianças de 4 a 5 anos); pelo funcionamento (a creche atenderia em horário integral e a pré-escola em horário parcial) e pela administração, que somente após a Constituição de 1988 deixa de estar vinculada às instituições médicas ou assistencialistas, passando para esfera da educação. Tomando, portanto, como princípio a vinculação do cuidar e do educar na formação da criança pequena, além de procurar desenvolver capacidades cognitivas, motoras, de autonomia, descobrir e conhecer a si mesma, aprendendo sobre seu corpo e sobre o mundo que a cerca.

Deste modo, Beauchamp (2005, p.11) nos reafirma a importância de compreendermos a educação infantil e suas especificidades:

Entendemos a Educação Infan-til como um tempo de formação e que esse tempo vivido pelas crianças proporciona o seu de-senvolvimento. As crianças, por-tanto, não estão se preparando para crescer, elas estão crescen-do em todos os seus aspectos. A Educação Infantil não é um perí-odo preparatório para a escolari-dade futura. Nessa perspectiva, o trabalho com a faixa etária de zero a seis anos envolve ações de cuidados e de educação de forma indissociável; assim, os sistemas de ensino devem organizar seus projetos pedagógicos articulando esses dois processos.

Portanto, o ato de cuidar e educar são indissociáveis e essenciais na educação infantil, não tem como separar essas duas ações. O cuidar e o educar estão nas coisas mais simples da rotina pedagógica, desde a hora em que se está trocando uma fralda, ou até mesmo alimentando a criança, pois esses momentos que parecem ser apenas de cuidado devem ser trabalhados dentro do aspecto educativo. Quando realizamos estas atividades é preciso conversar com a criança a respeito da necessidade daquele procedimento e já incentivando que ela tente fazer sozinha, para assim contribuir para sua autonomia. Entretanto, para que de fato o cuidar e o educar ocorram de forma plena, se faz necessário um profissional que possua um perfil polivalente, que trabalhe a partir do reconhecimento das especificidades da criança considerando-a como um sujeito criativo, social, cultural e capaz de desenvolver diversas atividades.

Deste modo, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.23), reforça e orienta a perspectiva do cuidar e educar nas escolas de educação infantil. Considerando-se educar “propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das

capacidades infantis de relação interpessoal.” E o cuidar, “significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.” (idem, p.23). Ou seja, as instituições devem contemplar a alimentação, a limpeza e o lazer, sempre respeitando o caráter lúdico das atividades, com ênfase no desenvolvimento integral da criança.

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E TEMPO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização do dia a dia das crianças nas creches e pré-escolas pressupõe estabelecer uma sequência de atividades, tendo como objetivo as principais necessidades que as crianças apresentam. As brincadeiras, a alimentação, o repouso, a higiene, as reuniões de professores, entre tantas outras atividades, lidam com o espaço e o tempo a todo o momento. Deste modo, a observação nos momentos das atividades de descanso e nas atividades agitadas é, em primeiro momento, essencial para que o educador perceba como estas atividades se desenvolvem, o que as crianças mais gostam de fazer, quais espaços preferem, o que lhes chama mais atenção e o tempo que utilizam para desenvolver suas atividades. Ou seja, se faz necessário conhecer o grupo de crianças com as quais se irá trabalhar. Considerando, entretanto, que cada criança possui uma subjetividade e um tempo próprio no seu desenvolvimento e que nem sempre as atividades que uma desenvolve serão do interesse de todas.

Neste sentido, este conhecimento é essencial para que a estruturação espaço-tempo tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a pro-posta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte.

Conforme Reis (2010, p. 6):

A relevância da organização do tempo e do espaço na Educação Infantil é verificada quando compreendemos que estes contribuem para o processo de aprendizagem, para a formação da autonomia, para a estabilidade e segurança emocional da criança.

Ao pensar a organização do tempo e do espaço na educação infantil é preciso levar em consideração as dimensões cognitivas, motivacionais e contextuais desenvolvidas pelas crianças. A transmissão de confiança, segurança, proteção, estabilidade e liberdade são fatores essenciais para permitir o desenvolvimento da autonomia e da identidade.

Deste modo, o professor tem um papel de grande importância na organização do espaço e do tempo nas creches e pré-escolas. O Parecer CNE/CEB n. 20/2009, nos lembra de que:

A professora e o professor necessitam articular condições de organização dos espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita. A criança deve ter possibilidade de fazer deslocamentos e movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das classes e à instituição, envolver-se em explorações e brincadeiras com objetos e materiais diversificados que contemplem as particularidades das diferentes idades, as condições específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e linguísticas das crianças, famílias e comunidade re-gional. (BRASIL, 2009, p. 14).

Logo, não basta somente que a criança esteja em um espaço organizado, é preciso que ela interaja e vivencie intencionalmente este ambiente. O modo como os materiais estarão distribuídos e o tempo que o professor dedicar as atividades, possui uma intencionalidade no processo de ensino aprendizagem da criança. A organização do ambiente, portanto, reflete a proposta pedagógica da escola, traduzindo as concepções de criança, educação e ensino da instituição. Comungamos com Horn (2004, p. 61) ao afirmar que:

Qualquer professor tem, na realidade, uma concepção pedagógica explícita no modo como planeja suas aulas, na maneira como se relaciona com as crianças, na forma como organiza seus espaços na sala de aula. Por exemplo, se o educador planeja as atividades de acordo com a ideia de que as crianças aprendem através da memorização de

conceitos; se mantém uma atitude autoritária sem discutir com as crianças as regras do convívio em grupo; se privilegia a ocupação dos espaços nobres das salas de aula com armários (onde somente ele tem acesso), mesas e cadeiras, a concepção que revela é eminentemente fundamentada em uma prática pedagógica tradicional.

Portanto, a organização do espaço e do tempo na Educação Infantil é o retrato das relações pedagógicas estabelecidas entre o professor e as crianças. Este, por sua vez, exerce grande influência na sua formação pessoal e social dos sujeitos envolvidos neste processo.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS MATERIAIS

Os espaços e os materiais se constituem em ferramentas essenciais para a prática educativa com crianças pequenas. Devem ser organizados levando-se em conta o objetivo da Educação Infantil de promover o desenvolvimento integral das crianças. Como descreve o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.68).

A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo amplo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros, e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem.

Assim sendo, o espaço físico e os materiais proporcionam o desenvolvimento de múltiplas habilidades e sensações. Sua organização deve ter como eixo norteador todas as dimensões humanas, como por exemplo, o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo, entre outros.

Neste sentido, para Barbosa e Horn (Apud REIS 2010, p. 7) “ao se pensar no espaço para as crianças é preciso levar em consideração que o ambiente tem gosto, toque, sons e palavras, e possui regras de uso do espaço, luzes, cores, odores, mobílias, equipamentos e ritmos de vida”.

São necessários espaços limpos, bem iluminados e arejados, com estímulos visuais de cores e formas variadas, que transmitam segurança e sejam aconchegantes, para dar conforto e permitir que as crianças e os professores trabalhem de forma prazerosa, proporcionando assim, às crianças condições necessárias para o desenvolvimento da sua aprendizagem e da autonomia. Deste modo, como nos orienta o RCNEI (1998), há uma necessidade que os espaços sejam versáteis e permeáveis à sua ação, os sujeitos podem modifica-lo a favor das suas atividades. O ambiente deve ser pensado e (re)organizado levando em consideração as especificidades das crianças, a faixa etária a ser atendida e os projetos que serão desenvolvidos.

É essencial a oferta de espaços diferenciados, que possibilitem o desenvolvimento de diversas situações. Neste sentido, vale destacar a importância da organização dos ambientes externos, “os jardins e áreas para brincadeiras e jogos, indicam a atenção ao contato com a natureza e à necessidade das crianças de correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades.” (BRASIL, 2009, p.50). Ou seja, além do ambiente da sala de aula é preciso considerar o pátio e o entorno da escola, pois, as crianças precisam de espaços amplos para brincar, correr, engatinhar e explorar o ambiente.

O trabalho de organização do espaço deve ser feito em conjunto com todos os sujeitos envolvidos no processo, não precisa necessariamente a sala de aula estar pronta para começar o ano letivo, juntos, professor e aluno, até mesmo com a colaboração dos pais, podem escolher e decidir os materiais que irão decorar e fazer parte do referido espaço.

Do mesmo modo, os recursos materiais como o mobiliário, brinquedos, livros, papeis, tintas, pinceis, cola, tesoura, etc. devem ter presença obrigatória nas instituições, sendo pensados de forma que atendam as necessidades das crianças. Os materiais devem ser organizados de forma que fiquem acessíveis, permitindo que as crianças alcancem e usem os objetos, estando assim, conforme a altura de sua visão e ao seu alcance. Ensinar as crianças a usar, cuidar e usufruir dos materiais são objetivos importantes nessa faixa etária.

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO

As crianças e os profissionais da Educação Infantil, passam grande parte de seu dia no interior das creches ou pré-escolas que frequentam, neste sentido, além de pensar na qualidade e organização dos espaços é necessário pensar quais atividades serão desenvolvidas e de que forma serão organizadas, sendo perceptível, portanto, que deve ocorrer um planejamento constante da rotina. A organização do tempo deve possibilitar que as crianças, bem como os professores, desenvolvam diversas atividades, sendo elas em grupos ou individuais, com menos ou maior grau de concentração, que sejam referentes aos diferentes eixos de trabalho.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.73):

A rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Rotinas rígidas e inflexíveis desconsideram a criança, que precisa adaptar-se a ela e não o contrário, como deveria ser; desconsideram também o adulto, tornando seu trabalho monótono, repetitivo e pouco participativo.

Neste sentido, percebemos a necessidade de considerar que cada criança possui suas próprias características e que a rotina deve ser elaborada de modo que venha a contemplá-las. Entendemos, pois, que as atividades diárias devem ser planejadas a partir de uma sequência básica que levem em consideração as necessidades das crianças. Sendo ao educador, indispensável que nas atividades diárias observe e perceba as diversas relações que se estabelecem entre as crianças, seus gostos, o que mais lhes chamam a atenção e quais são as precisões individuais e coletivas.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) a rotina deve ser planejada, porém este planejamento deve ser flexível e não algo estático, precisando envolver o cuidado, o ensino e as especificidades imaginativas da criança. A rotina tem o papel de orientar, organizar e nortear o grupo acerca das atividades que serão desenvolvidas, possibilitando, deste modo, além de segurança a antecipação e previsão do que vai acontecer.

Deste modo, o referido documento (1998, p.55) nos lembra que as atividades podem ser agrupadas em três modalidades de organização do tempo. Estas são: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. As atividades permanentes referem-se às necessidades básicas de cuidados e aprendizagem das crianças, tendo assim uma frequência na sua execução. Por outro lado, a sequência de atividades são planejadas com intuito de desenvolver uma determinada aprendizagem específica, possuem diferentes graus de complexidade para que as crianças criem diferentes hipóteses para resolver os problemas. E os projetos de trabalhos, são atividades elaboradas a partir de um eixo de trabalho, organizadas para resolver uma problemática e se obter um resultado, têm uma duração que pode variar de acordo com o objetivo pretendido.

Portanto, a organização do tempo e o planejamento da rotina são de grande relevância, uma vez que permite maior liberdade ao professor de lidar com os imprevistos, sem cair no espontaneísmo, tornando-o um mediador das situações significativas para o desenvolvimento da criança e permitindo que esta tenha suas particularidades e seus ritmos respeitados.

Por fim, concordamos com Dornelles e Horn (2004, p.19) ao afirmar que:

Planejar atividades, fazer uma boa organização do trabalho possibilita ao educador ter uma direção nas coisas que se propõe a fazer, bem como oferece segurança às crianças, permitindo-lhes desde muito pequenas a compreensão de que vivemos num mundo organizado, onde as coisas acontecem numa sucessão do tempo: antes durante e depois. Oportunizar-lhes vivência de situações que lhes permitam entender isto, é auxiliá-las também a serem mais independentes em relação ao adulto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância de ambientes bem estruturados e organizados, e de rotinas bem elaboradas, conclui-se que estes são processos essenciais no contexto da formação integral da criança de 0 a 5 anos de idade. A partir dos estudos realizados foi possível perceber que há a necessidade de observar as crianças para poder perceber quais suas preferências, gostos, vontades e como se comportam, nos diferentes ambientes e situações das quais participam.

As formas que os materiais e os espaços são organizados e utilizados pelas crianças e adultos revelam indiretamente a

concepção pedagógica estabelecida pela escola, do mesmo modo, que vem a refletir como as relações entre os sujeitos se dão. Quanto ao espaço, sua organização necessita proporcionar o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, do cognitivo, entre outras habilidades e sensações da criança. Não deixando de considerar que todo este trabalho deve ser preparado em conjunto. Logo, o tempo quando bem planejado permite que a criança possua segurança e que faça antecipações das atividades que serão desenvolvidas.

Podemos concluir, reconhecendo que muito ainda há de se fazer para que as instituições de Educação Infantil atendam os critérios de qualidade postos quanto à organização do espaço e do tempo. A Educação Infantil necessita, na sua organização, oferecer às crianças ambientes acolhedores, seguros e estimuladores, que de forma lúdica e encantadora permita o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. “O Rei Está Nu”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-escola. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. **Educação ou tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 27-38.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARROYO, Miguel. **O significado da infância**. Anais do Seminário Nacional de Educação Infantil. Brasília, MEC/SEF/COEDI, 1994; p. 88-96.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.

BEAUCHAMP, Jeanete. **Integração de creches e pré-escolas e habilitação de professores: qualidade na Educação Infantil**. *Revista Criança*: do professor de educação. Ed. 39. Abril de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB 01/1999, aprovado em 11 de novembro de 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p. 14, 9 dez. 2009.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sônia. **O papel social da educação infantil**. Revista Textos do Brasil. Brasília, ed. Nº 7, 1999.

MONTENEGRO, Thereza. **Educação infantil: a dimensão moral da função de cuidar**. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 20, 1º Sem.de 2005. PP. 77-101.

REIS, Carla Nunes. **A organização do tempo e do espaço: contribuições para a aprendizagem das crianças na educação infantil.** Disponível em: http://www.dfe.uem.br/textos/tcc_2010/CarlaNunesdosReis.pdf. Acesso em, 26 de abril de 2015.

ROCHA, Rita de Cássia. História Da Infância: Reflexões Acerca de Algumas Concepções Correntes. **Revista ANALECTA**. Editora Unicentro. Guarapuava, Paraná v. 3 n 0, 2 p. 51-63 jul/dez. 2002.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Email: laisesoareslima@hotmail.com.

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Fotógrafo e licenciado em Geografia. Email: fernandocorreia@gmail.com.

Recebido em: 04/07/2015

Aprovado em: 05/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: